LIDO
Em 22/02/07
Assessoria do Plenário

16.815

RQ 79 /2007

REQUERIMENTO Nº 7
(De Vários Deputados)

o Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria do Plenário e Distribuição para incluído em Ordem do Dia, em 15/02/07.
Assessoria do Plenário

Convoca os Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento para prestarem esclarecimentos acerca do déficit orçamentário e financeiro do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 60, inciso XIV, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 229, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, convocamos os Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Fazenda – Luiz Tacca Júnior - e de Planejamento e Gestão – Ricardo Pinheiro Penna - para prestarem esclarecimentos a esta Casa sobre o déficit orçamentário e finânceiro do Distrito Federal que tem sido fartamente divulgado pela própria equipe de Governo por intermédio dos meios de comunicação locais.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79/2007
Fls. Nº 01

JUSTIFICAÇÃO

O Governador Arruda e sua equipe de governo têm divulgado nos meios de comunicação locais, desde a sua posse, que o DF encontra-se em péssima situação financeira, com déficit financeiro na ordem de R$ 400 milhões e orçamentário de R$ 2 bilhões.

Essas notícias têm causado apreensão não só em toda a população do DF, mas também entre os membros desta Casa que necessitam de esclarecimentos oficiais para, não só se posicionarem a respeito, mas também adotarem medidas inerentes ao seu papel fiscalizador.

Ciente da importância de que se reveste a matéria, conclamamos os nobres pares a aprovarem o presente requerimento em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2006.

Deputado Aguinaldo de Jesus - PL	**Deputado Alírio Neto - PPS**
Deputado Aylton Gomes - PMN	**Deputado Berinaldo Pontes - PP**
Deputado Benício Tavares - PMDB	**Deputado Cristiano Araújo - PTB**
Deputado Brunelli - PFL	**Deputado Batista das Cooperativas - PRP**
Deputado Cabo Patrício - PT	**Deputado Paulo Tadeu - PT**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDRAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Deputado Chico Leite – PT	**Deputada Erika Kokay - PT**
Deputado Raad Massouh - PFL	**Deputado Dr. Charles - PTB**
Deputada Jaqueline Roriz - PSDB	**Deputado Leonardo Prudente - PFL**
Deputado Milton Barbosa - PSDB	**Deputado Paulo Roriz - PFL**
Deputada Luzia de Paula - PSL	**Deputado Reguffe - PDT**
Deputado Rogério Ulysses - PSB	**Deputado Rôney Nemer - PMDB**
Wilson Lima - PRONA	**Pedro Passos - PMDB**

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79 /2007
Fls. Nº 02

GESTÃO ■ Dos 17 mil exonerados, somente 8,5 mil poderão ser recontratados pelo GDF

Orçamento superestima receitas

erson Marques

O orçamento do DF para 07, estimado em R$ 9,8 bi-es pelo governo anterior, é eal. A constatação foi feita tem pelo secretário de Fa-nda, Luiz Tacca Júnior, após união do secretariado com o vernador José Roberto Ar-da no Centro Administrati-, em Taguatinga. Após 45 as de análise minuciosa nas ceitas e despesas, Tacca rmou que a reestimativa é 1,6 bilhão menor que a pre-são da Lei Orçamentária nual (LOA), ou seja, de R$ bilhões.

Historicamente, o DF nunca resentou problemas de caixa. lo contrário. Segundo o Insti-to de Pesquisa Econômica licada (Ipea), é uma das uni-des da Federação com a ior quantidade de recursos r habitante. Em 2006, por emplo, o orçamento previa vestimentos de R$ 274,29 per pita. No mesmo período, em o Paulo, o valor destinado a se fim foi de R$ 91,27.

A criação da peça orçamen-ia para 2007 previu aumen-na receita na ordem de 25% relação a 2006. O índice é m maior que a inflação 66%) e o Produto Interno uto (PIB), de 2,5%, regis-dos no ano passado.

– Claramente o orçamento o é adequado. Não é um or-mento realista. Não se pode er um orçamento com 25% crescimento da receita de ano para outro, sendo que parâmetros foram muito enores – afirmou Tacca Jú-or, que voltou a mencionar o mbo de R$ 397 milhões nos fres do DF.

Para adequar as ações governamentais à nova realidade orçamentária, o governo anunciou uma série de medidas para conter os gastos com a máquina pública e aumentar o poder de investimento do Estado. O número de pessoas que ocupariam cargos comissionados sofrerá novo corte. Dos 17 mil exonerados, somente 8,5 mil (50%) poderão ser recontratados. A meta anterior era cortar 30% dos cargos em comissão.

Outra medida que deve causar impacto atinge as pessoas que prestaram concursos e esperam pela convocação. O governo não pretende contratar mais nenhum concursado nes-

Com o aperto, novo governo desistiu de chamar concursados para ocupar vagas ainda neste ano

te ano. Além disso, todos os contratos serão revisados.

De acordo com o secretário de Planejamento e Gestão, Ricardo Penna, o objetivo do governo é se adequar a nova realidade e montar, para o próximo ano, um orçamento realista, que atenda o plano apresentado por Arruda durante campanha.

– Não há como comparar um governo e outro. Existem estratégias diferentes entre os governadores. Mas queremos arrumar o orçamento para que ao iniciarmos uma obra ela não fique abandonada no meio do caminho – disse Penna, que também foi secretário de Planejamento no governo do senador Joaquim Roriz (PMDB).

ROBERTO RODRIGUES/GDF

Secretariado se reúne: Fazenda e Planejamento rejeitam previsão de aumento de 25% na verba

■Esporte e Saúde procuram investimento

A novela em que se transformou o orçamento de 2007 compromete a expectativa de investimento do governador José Roberto Arruda. Mesmo assim, secretários levantaram as obras que devem ser iniciadas nos próximos meses. A maioria delas servirá de fomento para a prática de esporte e para a saúde.

Durante a reunião, iniciada às 9h15, o secretário de Obras, Márcio Machado, pediu urgência na recuperação do Estádio Bezerrão, no Gama, e do Mané Garrincha, no Plano Piloto. Reformados, os dois poderiam sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, que pode vir para o Brasil.

O secretário de Esportes, André Filipe, afirmou que entregará os projetos das seis Vilas Olímpicas no próximo dia 27. Orçadas em R$ 5 milhões para a construção e em R$ 3 milhões por ano para manutenção, as vilas atenderão cidades como Itapoã, Vila Estrutural, Ceilândia e Brazlândia.

Apesar de ter anunciado o contingenciamento de verbas para investimentos em sua totalidade, Arruda deu início à construção do Shopping Popular, ao lado da Rodoferroviária. Com o anúncio dos secretários Luiz Tacca Júnior (Fazenda) e Ricardo Penna (Planejamento e Gestão), a preocupação fica por conta da entrega da obra, prevista para 12 de novembro.

Além dessas obras, Márcio Machado pediu a conclusão do Hospital de Santa Maria. A iniciativa está prevista no plano de governo de Arruda e é estratégica para a diminuição do número de pessoas atendidas nos hospitais de Brasília.

Também na área de Saúde, o secretário Geraldo Maciel lembrou a importância de se ter um estoque de remédios capaz de atender toda a população e não deixar faltar nenhum tipo de medicamento. Na área de transporte, o secretário licenciado Alberto Fraga avisou que deve retomar a cadeira após o carnaval.

Todos os secretários participaram da reunião, que só terminou às 13h, com a única ausente do secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lulas, que cumpriu agenda em São Paulo. (E.M.)

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79 /2007
Fls. Nº 03

DISTRITAIS ■ Bate-boca em plena sessão deixa Reguffe isolado no discurso da moralidade

Ato que permite abrir não de ajuda de custo causa briga na Câmara

essandra Flach

O ato da Mesa Diretora e permite aos distritais rir mão da ajuda de custo a e têm direito no começo e de cada ano foi motivo de lêmica na sessão de ontem Câmara Legislativa. O vi--presidente da Casa, depu-lo Paulo Tadeu (PT), de-nstrou irritação com dis-rso do colega pedetista Reffe, que criticou os deputa-s que não abriram mão dos ários extras.

O bate-boca durou boa par-da tarde e só foi encerrada pois que o presidente, Alírio to (PPS), decidiu suspen-r a sessão para debater os tos que trancam a pauta.

– Abrir mão da ajuda de cus-é uma ação que vai da cons-ncia de cada um, mas o de-tado tem de receber 13 salá-s como todo trabalhador e em diz que apoia a decisão, mas não repete no próprio gabinete não está fazendo seu papel – criticou Reguffe.

O distrital enviou ofício à Mesa Diretora abrindo mão da ajuda. Segundo ele, a medida pode resultar em mais de R$ 9 milhões de economia aos cofres da Casa. O deputado Paulo Tadeu não gostou de ser taxado de imoral.

– Será que é moral dizer que vai cortar verbas de gabinete mas lutando por comissionados na estrutura? Acredito que todo o esforço para moralizar a Casa pode ir por água abaixo se o deputado quiser se aproveitar de um conceito deturpado de moral para prejudicar ainda mais esta Casa – alfinetou o petista, que disse não aceitar ser rotulado como imoral.

O peemedebista Pedro Passos, que apresentou proposta para acabar com os 14º e 15º salários – uma promessa de campanha de Reguffe – também discursou contra o argumento do pedetista. Segundo o parlamentar, "alguns" deputados fazem jogo de cena com a imprensa, usando a devolução dos extras para chamar atenção.

– Os salários extras não são ilegais. Existe uma lei que criou esse benefício, e, assim, não adianta abrir mão, pois se precisa mudar a lei. Sem a lei, tudo é blá-blá-blá e jogo de cena – afirmou Passos, que se recusa a devolver o benefício por ser um repasse legal.

DIVULGAÇÃO

Alírio entre Christiano Araújo e Paulo Tadeu: nova polêmica

> "Todo o esforço para moralizar a Casa pode ir por água abaixo se o deputado quiser se aproveitar de conceito deturpado de moral
>
> **Paulo Tadeu**, deputado distrital

Depois de tentar impedir o deputado Reguffe de rebater os discursos dos colegas, para não estender a briga, o presidente da Casa prometeu colocar a proposta de mudança da lei em votação o mais rápido possível.

– A proposta será analisada, mas esse é um discurso individual. Precisamos é buscar o coletivo, uma proposta que moralize a Casa, não acho que abrir mão dessa ajuda fará tanta diferença. Não significa que um é mais ou menos ético porque abriu mão – afirmou Alírio.

Segundo ele, a intenção do ato da Mesa era apenas facilitar a devolução dos recursos de quem deseja devolver para que a economia seja usada na construção da nova sede da Câmara. Em tempo, o recurso já foi depositado nas contas dos distritais. Na sessão, diversos vetos foram mantidos e outros derrubados, depois de acordo de líderes.

FECHAR IMPRIMIR

vww.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
ıttp://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20070214-266600-0,00.html

ıuarta-Feira, 14 de Fevereiro de 2007

ʀeportagem

ʌ ordem é economizar

.eonardo Ribbeiro / Luís Rodney

Na reunião, que foi realizada na manhã desta quarta-feira, dia 14, que reuniu todo o primeiro escalão do governo do Distrito Federal, cada secretário e presidente de agência tiveram a oportunidade de falar, durante cinco minutos, e apresentar as prioridades de cada pasta. Um item que ficou definido é que, até o dia 30 de março, o governo vai gastar menos e fazer apenas as obras emergenciais, tudo para equilibrar as contas do GDF e, ao mesmo tempo, cumprir as promessas de campanha.

Durante a reunião, o secretário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior, apresentou uma análise parcial sobre as contas do GDF: previsão de receita, astos e o rombo que teria sido deixado pela administração passada. O déficit de caixa pode chegar a R$ 397 ıilhões. Valor bem acima do que era previsto anteriormente.

or causa de problemas como esse, a ordem é economizar. A idéia é estar com as contas equilibradas em 45 ias. O governador José Roberto Arruda garantiu que obras já em andamento e as emergenciais não vão ficar em recurso. Os serviços públicos, como a limpeza urbana, também não devem ser afetados.

o coronel Alberto Fraga volta a assumir a Secretaria de Transportes depois do carnaval. E dois ex-deputados ɔram nomeados assessores do governador Arruda: o Pastor Jorge e José Edmar.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79/2007
Fls. Nº 04

[© Copyright 2007 - Globo Comunicação e Participações S.A.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79 / 2007
Fls. Nº 05 Bombardo

REDUÇÃO DE GASTOS

Em 30 dias, a administração local economizou R$ 16 milhões por conta da diminuição do número de servidores comissionados

Dinheiro extra em caixa

FABÍOLA GÓIS
DA EQUIPE DO CORREIO

Bruno Fortes/CB - 31/07

A exoneração de 14.668 servidores comissionados resultou em uma economia de R$ 16,3 milhões para os cofres do Distrito Federal no mês passado. Outros 2.734 funcionários foram mantidos, ao custo de R$ 4,3 milhões mensais. Somados a eles estão os 2.059 servidores poupados da exoneração porque estavam de férias, de licença (médica ou maternidade) e aqueles da área de Segurança Pública. Hoje, o pessoal que está na folha de pagamento dos cargos de livre provimento da administração local custa R$ 8,2 milhões. O governo anterior gastava todos os meses R$ 28,9 milhões com os comissionados. Os dados são da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag).

Tão logo assumiu o GDF, o governador José Roberto Arruda anunciou a exoneração de 17,7 mil servidores comissionados. A ordem era enxugar a máquina pública, mas garantir o bom funcionamento do governo. A contabilidade dessa economia é um alento para os cofres do GDF. A gestão anterior deixou um rombo no caixa de R$ 397.339.164, referentes a despesas pendentes que foram transferidas do exercício de 2006 para o atual.

Um dos primeiros atos do governador foi editar um decreto no *Diário Oficial do DF* com a exoneração dos cargos e funções comissionadas. Inicialmente, a previsão era reduzir o número de vagas pela metade até o final de abril. Mas a diminuição deverá ser de 30%, deixando a estrutura pública local com 12 mil funcionários de confiança. Levantamento feito pela Sepag mostra que há exagero de cargos comissionados no GDF. Dos 100 mil servidores efetivos e de livre provimento, 17% são de confiança. "Não se trata apenas de cortar gastos. Queremos fazer a máquina pública funcionar com eficiência e melhorar os serviços prestados à população", afirmou o secretário de Planejamento e Gestão, Ricardo Penna.

O corte no número de servidores comissionados deixou as secretarias e demais órgãos do governo esvaziados. Mas, segundo Penna, o governador quer nomear o restante dos funcionários para compor a administração pública até o final de abril. "As nomeações ocorrerão aos poucos, de acordo com a necessidade das secretarias e demais órgãos", garantiu Ricardo Penna.

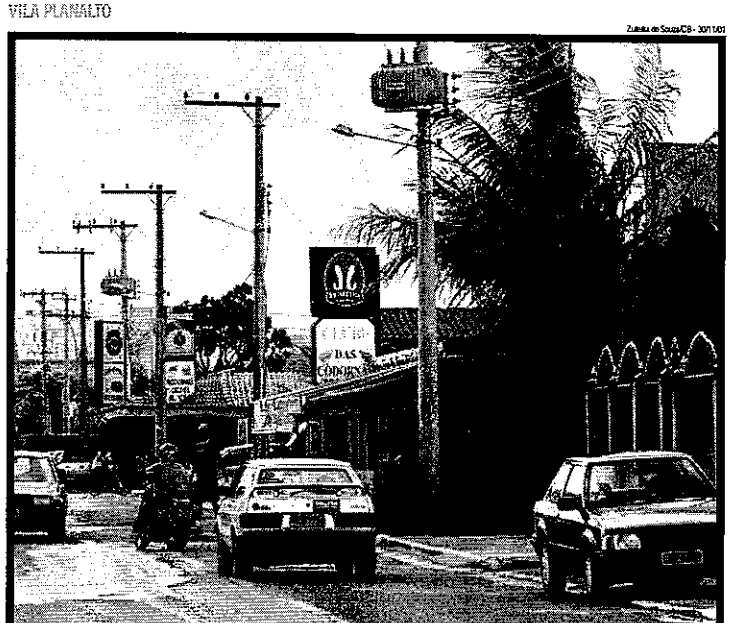
> **NÃO SE TRATA APENAS DE CORTAR GASTOS. QUEREMOS FAZER A MÁQUINA PÚBLICA FUNCIONAR COM EFICIÊNCIA**
>
> *Ricardo Penna, secretário de Planejamento e Gestão*

Gestão

O GDF manterá contratos de gestão com organizações sociais de interesse público (Oscips), dentro do que exige a legislação do setor. Desde o dia 1º de janeiro, o governo não tem mais nenhum contrato com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS), acusado de ser usado para desviar dinheiro público. O corregedor-geral do DF, Roberto Giffoni, disse que dos 8 mil servidores demitidos, menos da metade são necessários na administração. Por meio das Oscips, haverá contratação de cozinheiras, crecheiras, jardineiros e funcionários para tapar buracos nas ruas. Já os cargos de técnicos das administrações regionais, atendentes das delegacias, professores e médicos serão ocupados por servidores concursados.

VILA PLANALTO

Zuleika de Souza/CB - 30/1/07



COMÉRCIOS ABERTOS EM ÁREA RESIDENCIAL, COMO OS DA RUA DOS RESTAURANTES, PAGARÃO ALÍQUOTA DE 1%: LEI LIMITAVA A COBRANÇA EM 0,3%

IPTU será mais caro em lotes de uso misto

MÁRIO COELHO
DA EQUIPE DO CORREIO

No que depender da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, os moradores da Vila Planalto terão que pagar mais caro do que prevê a lei que regulamenta a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em reunião na manhã de ontem com representantes do órgão, os comerciantes que têm seus negócios em casa foram avisados de que devem arcar com a alíquota comercial — 1% do valor total do imóvel. Em dezembro do ano passado, a Câmara Legislativa aprovou uma emenda, da então deputada Eliana Pedrosa (PFL), que permitia aos cerca de 30 microempresários o pagamento da faixa mais baixa, de 0,3%.

Um documento de três páginas, assinado por dois auditores tributários da Secretaria de Fazenda, explica os motivos do não cumprimento da lei. Os técnicos afirmaram que a redução da alíquota, que beneficia os comerciantes, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. "A redução implícita em redução discriminada de tributo e tratamento diferenciado. O dispositivo legal criou renúncia de receita no âmbito do IPTU, sem cumprir a LRF", escreveram os auditores.

O problema, na visão dos auditores, é que a concessão do benefício não poderia afetar as metas de resultados fiscais e ter medidas de compensação pela perda de receita. Como a emenda aprovada pelos distritais em dezembro não possui nenhum desses dois pré-requisitos, a possibilidade de a secretaria cumprir a lei era pequena. O problema se agravou com o fato de que o aumento sugerido na Câmara Legislativa foi menor se comparada à previsão do Executivo.

Uso misto

O artigo 4º da Lei nº 3.931, de 28 de dezembro de 2005, prevê que os imóveis edificados de uso misto (residência e comércio) serão considerados de natureza residencial para a cobrança de IPTU, desde que localizados na Vila Planalto. A cobrança ocorreu dessa maneira até 2005. No ano passado, os moradores tiveram um susto quando receberam os carnês do imposto. Imóveis com 260 metros quadrados de área construída, e apenas 30 metros quadrados de estabelecimento comercial, receberam a cobrança pelo total da edificação.

O problema está na destinação dada aos lotes da comunidade. Na Vila Planalto, boa parte das casas possui a classificação mista. Ou seja, podem servir tanto para morar quanto para trabalhar. Entretanto, só foram atingidos pela cobrança os microempresários registrados na Secretaria de Fazenda. Quem está na informalidade continua a pagar a alíquota mais baixa. O presidente da Associação dos Micro e Pequenos Empresários da Vila Planalto (Asmevip), Luiz Carlos Pereira Ferreira, foi quem levou o caso à Secretaria da Fazenda. "Eles disseram que vai ter uma queda de arrecadação caso não paguemos o imposto total. Mas não somos tantos assim para ter impacto na receita do governo", argumentou Luiz Carlos.

Os moradores ainda estudam que medida tomar para que a secretaria cumpra o que determina a lei. É possível que, como forma de protesto, não paguem a cobrança. O Correio tentou o contato com o secretário de Fazenda, Luiz Tacca, mas não obteve retorno das ligações.

TRANSPORTE

SECRETARIA TIRA 10 VANS DAS RUAS

Dez permissionários do Sistema de Transporte Alternativo de Condomínios (STPAC) perderão o direito de circular pelas ruas do Distrito Federal. O secretário interino de Transportes, Júlio Urnau, anunciou ontem que a cassação das permissões será publicada no *Diário Oficial do DF* de hoje. São veículos que apresentaram irregularidades na prestação de serviços e na documentação. Entre eles, dois envolvidos em acidentes graves: há três dias, o passageiro de uma van de condomínios morreu após a capotagem do veículo e, no último dia 15, um garoto que soltava pipa morreu atropelado por uma van. Outros 17 permissionários terão que deixar as ruas durante 15 dias, tempo de vigência da suspensão das permissões. São casos de motoristas que alcançaram 18 pontos na carteira, em um período de 180 dias. Eles poderão recorrer da decisão.

DEMOLIÇÃO

HOTÉIS VAZIOS PARA IMPLOSÃO

Três hotéis do Setor Hoteleiro Sul serão totalmente evacuados domingo, no momento da implosão do prédio onde funcionaria a loja Bi Ba Bó, no Setor Comercial Sul. Todos os hóspedes e funcionários dos hotéis Meliá Confort Park, Phenísia Bittar e Naoum Plaza deverão deixar os prédios, assim como trabalhadores e freqüentadores do shopping Venâncio 2000. Outros três estabelecimentos serão parcialmente evacuados: Carlton Hotel, Meliá Empresarial Brasília e o posto de gasolina Esso. Todas as vias em volta do local da demolição serão interditadas a partir das 8h30, entre elas a entrada do Parque da Cidade no Setor de Rádio e TV Sul. A implosão será às 11h e deve durar cinco segundos. Serão usados 200kg de explosivos — 50kg a mais do que foi usado para derrubar o esqueleto às margens do Lago Paranoá — por causa do tamanho da área: 5 mil metros quadrados.

JARDIM BOTÂNICO

BARCELLOS CONFIRMADO

O governo fez um acordo com a comunidade do Jardim Botânico, região com 23 condomínios, para manter o ex-deputado distrital Fábio Barcellos como administrador regional. Ele assumirá o cargo, mas a população poderá indicar os nomes do chefe de gabinete e o dos titulares de outros cargos da administração (o número total não foi definido). Os moradores eram contra a indicação do ex-distrital e defendiam um nome da comunidade. Mas, em uma reunião na manhã de ontem, o vice-governador Paulo Octávio e o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Raimundo Ribeiro, convenceram o grupo de que Barcellos conhece a realidade dos condomínios, pois foi presidente da Câmara Legislativa e participou da discussão de projetos sobre o tema. "Percebemos que ele é prestigiado e tem trâmite livre no governo e na própria Câmara Legislativa. Assim, poderá reivindicar com mais facilidade. Com os cargos colocados à nossa disposição, integraremos a administração e a comunidade", afirmou Lêda Cavalcanti, síndica do condomínio Solar de Brasília.

CARNAVAL

FOLIA GARANTIDA NO DF

O carnaval desse ano está garantido. O governo local vai liberar R$ 1,4 milhão para a Liga das Escolas de Samba de Brasília (Liesb), em convênio que será assinado hoje. As escolas terão acesso ao dinheiro a partir de sexta-feira. A medida foi tomada em caráter de urgência, devido a proximidade das festas. O corregedor-geral do GDF, Roberto Giffoni, afirmou que todo o corpo técnico do governo está empenhado em tornar o carnaval deste ano o melhor possível. No entanto, para que a assinatura do convênio fosse possível, o governo pediu a apresentação das prestações de contas que faltavam dos blocos de rua tradicionais e dos de acesso. O dinheiro só será liberado após o estudo das planilhas. "Esse é um convênio feito em caráter excepcional. Queremos mostrar a necessidade da prestação de contas", complementou Giffoni.

CRIMINALIDADE

ALERTA NA ÁREA DE SEGURANÇA

O fim de semana mais violento do ano, com 11 homicídios, colocou a cúpula da Segurança Pública do DF em alerta. O governador José Roberto Arruda cobrou medidas para reduzir as ocorrências. O secretário de Segurança Pública do DF, general Cândido Vargas Freire, disse que hoje à tarde entregará ao governador um plano de combate à criminalidade. O general não antecipou detalhes da estratégia, mas disse que o trabalho envolverá o Corpo de Bombeiros, as polícias Civil e Militar e a Procuradoria Geral do DF. Desde a semana passada, as autoridades da área preparam um pacote de mudanças, como a transferência de 250 agentes da Polícia Civil e 25 delegados dos postos que ocupam atualmente. Os nomes serão publicados no *Diário Oficial do DF* de hoje.

TRÂNSITO

SEIS FERIDOS NO PARANOÁ

O choque frontal entre o Passat placa JJA4465-DF e o Kadett HOO 6862-DF deixou seis pessoas feridas na madrugada de ontem. O acidente aconteceu em frente ao Condomínio Entre Lagos, no Paranoá. O motorista do Passat, Arnaldo Genésio Pereira, fugiu sem prestar socorro. Ferido, ele procurou o Hospital Regional do Paranoá, onde disse que o carro havia sido roubado. Mas o condutor do Kadett, Michel Pires, 26 anos, o reconheceu. Michel e a noiva, Maria Rubenice Ribeiro, 30, tiveram escoriações leves e foram liberados ontem cedo. Os outros feridos ficaram internados, mas não correm risco de morte.

A-12 PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 79/2007
Fls. Nº 06 Bernardo

BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2007
Editor: Raul Pilati // raul.pilati@correioweb.com.br
Subeditores: Maísa Moura, Rozane Oliveira e Sandro Silveira
Tel. 3214-1148
e-mail: economia@correioweb.com.br

BOLSAS + 0,26

BOVESPA 44,686 — 44,044

A-BOND US$ 1,102 (▲ 0,14%)

2,130 (▼ 0,21%)

DÓLAR	
22/janeiro	2,13
23/janeiro	2,13
24/janeiro	2,12
25/janeiro	2,13
29/janeiro	2,13

EURO 2,867 (▼ 0,53%)

OURO R$ 44,300 (▼ 0,44%)

CDB 12,85%

INFLAÇÃO	IPCA
Agosto/2006	0,05
Setembro/2006	0,21
Outubro/2006	0,33
Novembro/2006	0,31
Dezembro/2006	0,48

ORÇAMENTO

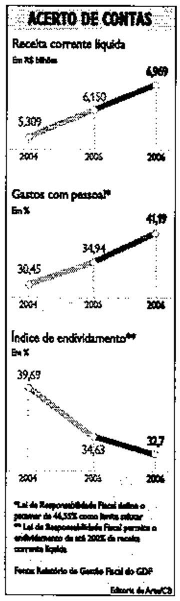
Relatório aponta que administração anterior deixou dívidas de R$ 397,3 milhões que não estavam previstas na Lei Orçamentária de 2006. Procuradores vão investigar se a Lei de Responsabilidade Fiscal foi violada

GDF enfrenta rombo

LUCIANA NAVARRO
DA EQUIPE DO CORREIO
GUILHERME QUEIROZ
DO JORNAL DO COMMERCIO

Carlos Vieira/CB

SEGUNDO O SECRETÁRIO DE FAZENDA, LUIZ TACCA JÚNIOR, GDF TERÁ DIFICULDADE PARA HONRAR COMPROMISSOS DE R$ 45 MILHÕES



O Governo do Distrito Federal(GDF) terá de contornar um desequilíbrio em suas contas ainda mais grave que os R$ 280 milhões que eram estimados pelo Palácio do Buriti. O relatório de gestão fiscal elaborado pela equipe econômica do governo, ao qual o **Correio Braziliense** teve acesso, aponta que o esqueleto contábil deixado pela administração anterior atingiu a marca de R$ 397.339.164 referentes a despesas pendentes que foram transferidas do exercício de 2006 para o atual. A Procuradoria Geral e a Corregedoria Geral do DF investigarão se o último governo violou a Lei de Responsabilidade Fiscal ao transferir dívidas dessa magnitude, sem que os compromissos estivessem previstos na Lei Orçamentária do ano passado.

Os R$ 397 milhões decorrem de um artifício contábil conhecido como reconhecimento de dívida. Cada órgão da estrutura executiva do GDF detém a prerrogativa de assumir compromissos, ainda que não haja a respectiva dotação orçamentária para cobri-lo. O buraco deixado pelo gasto, no entanto, deveria ser coberto por meio de remanejamento de verba, solicitado pelo gestor da despesa. Quando isso não ocorre — como identificou o relatório — as dívidas são transferidas para o exercício subseqüente, extrapolando a programação de despesas definida na Lei Orçamentária do ano seguinte.

Para este ano, a invasão das dívidas significa que os R$ 9,89 milhões em receitas previstas no orçamento simplesmente não serão suficientes para arcar com uma despesa extra que suplanta em 4,01% a previsão de gastos. "São restos a orçar, como se existisse outra figura que ainda terá de entrar no orçamento para se pagar uma conta do ano passado. O fato é que o ano de 2007 será de muito sacrifício para se administrar um orçamento com despesas autorizadas e tendo de suportar a pressão de um passivo tão grande", avalia o secretário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior.

Caso a legalidade das dívidas seja confirmada, os valores serão inclusos na programação de despesas deste ano. Segundo Tacca, o objetivo maior é frear o efeito bola-de-neve criado pelo arrolamento de dívidas acumuladas em exercícios anteriores, mesmo que o custo da medida seja paralisar parte de projetos previstos no orçamento. "Provavelmente, haverá uma substituição do orçamento", sentencia. Ele não descarta, porém, que tenha havido violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a legislação, em caso de descumprimento, a responsabilidade pessoal e criminal é de quem deixa o governo.

Receita superestimada

Há, ainda, a chance de que a análise das despesas aponte para um quadro ainda mais crítico. Tacca afirma que as investigações da Procuradoria e da Corregedoria podem constatar uma dívida superior aos R$ 397 milhões identificados até o momento. Além da dívida deixada, há a constatação da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa de que as receitas foram superestimadas em pelo menos R$ 200 milhões. A equipe econômica já iniciou uma reavaliação das receitas, que deverá ser anunciada nos próximos dias.

Além do possível engessamento na execução dos despesas, o GDF ainda terá de driblar a falta de dinheiro em caixa. De acordo com o relatório, o Tesouro tem uma deficiência de R$ 45,7 milhões para honrar os compromissos de início de ano, como o pagamento das férias aos professores. Isso não significa que o GDF esteja quebrado. Na verdade, o governo possui recursos para honrar as obrigações e ainda sobrar pouco mais de R$ 12 milhões. Mas há R$ 93 milhões em dinheiro com destinação já vinculadas, que não podem ser realocados para que dívidas mais urgentes sejam pagas. "A solução é desvincular, flexibilizar as finanças públicas. Foram criadas tantas vinculações que se perderam as capacidades alocativas dos recursos", queixa-se Tacca.

As restrições impostas pelos cenários adversos à contabilidade do GDF são consideradas um ponto frágil para a administração, na avaliação do secretário de Fazenda. Tacca acredita que, embora todos indicadores mostrem que as finanças do GDF ainda se enquadrem na Lei de Responsabilidade Fiscal — como limite de endividamento e gastos com pessoal — o panorama exige um desdobramento na execução dos gastos inédito na gestão do governo local. "Vamos apurar a responsabilidade e, se for o caso, buscar o cancelamento dos pagamentos", afirma.

> **O ANO DE 2007 SERÁ DE MUITO SACRIFÍCIO PARA SE ADMINISTRAR UM ORÇAMENTO COM DESPESAS AUTORIZADAS E TENDO DE SUPORTAR A PRESSÃO DE UM PASSIVO TÃO GRANDE**
>
> ***Luiz Tacca Júnior**, secretário de Fazenda do DF*

Aumentam despesas com pessoal

Nos últimos três anos de governo, os gastos com o pessoal do Executivo foram elevados em um ritmo que ameaçava o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre 2004 e 2006, a parcela das receitas correntes líquidas — soma de todas as distritais sem descontos — comprometida com folha de pagamento passou de 30,45% para 41,19%. Em cifras, trata-se de um aumento de gastos de R$ 1,253 bilhão com salários, encargos e horas extras.

Segundo a legislação, o patamar atual está de acordo com o limite estabelecido de 46,55%. Não se corre risco, assim, de sofrer restrições da União. Segundo o secretário de Fazenda do DF, Luiz Tacca Júnior, porém, a progressão dos gastos com pessoal ao longo dos últimos anos acendeu a luz de alerta e justificou a exoneração de 17 mil ocupantes de cargos comissionados, a redução de pagamento de horas extras aos servidores e o redimensionamento da jornada de trabalho de algumas categorias do funcionalismo local. "É uma preocupação porque estamos nos aproximando do limite estabelecido pela LRF", explica.

Tacca não revela em que partes da estrutura do GDF houve maior inchaço na contratação de servidores. Mas os números apontam, curiosamente, que o crescimento acentuado nos gastos com a folha de pagamento se deu de forma mais acentuada em 2006, ano eleitoral. Ao final de 2005, o GDF gastava 34,94% das receitas correntes com o funcionalismo. Em abril de 2006, o percentual subiu para 36,52%. Em agosto, no auge da corrida ao Palácio do Buriti, as despesas com a folha chegavam a 38,84%. Em dezembro, atingiram o pico de 41,19%.

O relatório destaca, porém, que a elevação nos gastos com a folha de pagamento foi neutralizado por um crescimento sólido das receitas correntes do GDF no período entre 2004 e 2006. No segundo ano da gestão anterior, a rubrica somou R$ 5,309 bilhões em ganhos para os cofres locais. Ao final do mandato, a entrada de recursos somava R$ 9,696 bilhões, 31,26% a mais que a conta anterior. Os valores não incluem gastos com os cerca de 9 mil terceirizados do Instituto Candango de Solidariedade (ICS).

Endividamento invejável

Apesar do crescimento das despesas, o GDF tem mostrado uma capacidade excepcional de gerir o nível de endividamento. Entre 2004 e 2006, a participação das dívidas nas receitas correntes líquidas do governo caiu de 39,69% para 32,7%.

Segundo a resolução do Senado Federal que estabelece o limite de endividamento dos estados e do DF, cada unidade da Federação pode comprometer até duas vezes as suas receitas correntes com dívidas. Para Tacca, a realidade das finanças do GDF nesse aspecto é invejável. "A situação do endividamento do Governo do Distrito Federal é significativa, com uma capacidade de endividamento muito elástica", avalia. (GQ)

Combate à sonegação

A partir deste ano, o Governo do Distrito Federal (GDF) deverá executar uma intensa agenda de combate à sonegação fiscal e de recuperação de valores devidos aos cofres públicos. Foi publicado na edição de ontem do *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)* um conjunto de 48 medidas com objetivo de evitar a evasão de divisas. Segundo a Secretaria de Fazenda, o objetivo é resgatar, a longo prazo, boa parte dos R$ 3 bilhões em valores inscritos na dívida ativa brasiliense.

O plano prevê não somente o aperfeiçoamento dos instrumentos de arrecadação como a implantação de um avançado sistema de cobrança judicial de valores devidos à dívida ativa. Batizado de Executivo Digital, o projeto — fruto de convênio já assinado com o Tribunal de Justiça do DF (TJDF) — quer agilizar a cobrança de dívidas a partir da aproximação com o Judiciário. "Queremos arrecadar parte dos R$ 3 bilhões que hoje temos dificuldades para arrecadar", afirma o secretário de Fazenda, Luiz Tacca Júnior.

A previsão é de que os primeiros resultados do projeto sejam sentidos no início de 2008. Segundo Tacca, o GDF está em fase de elaboração do programa de computador que rastreará e executará as dívidas. Até o fim do ano, os servidores que terão participação ativa no programa — de auditores fiscais a juízes — serão capacitados. (GQ)

FECHAR IMPRIMIR

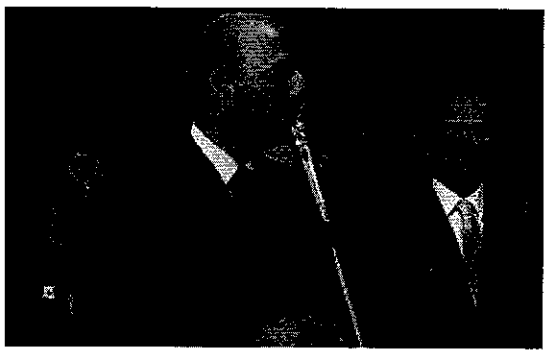
vww.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
:ttp://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20070104-260125-0,00.html

ıuinta-Feira, 04 de Janeiro de 2007

ŧeportagem

)éficit no GDF

ıntônio de Castro / Lúcio Alves / Marcione Santana



O novo governador, José Roberto Arruda, e a ex-governadora, Maria de Lourdes Abadia, dão informações contraditórias quando o assunto é o caixa do governo do Distrito Federal.

"Nós fomos surpreendidos com um déficit de caixa, no primeiro dia do ano, superior a R$ 80 milhões", argumenta Arruda.

"É muito cedo falar em rombo. O que há são despesas que terão de ser pagas no início do ano e não foi feita ainda a arrecadação", afirma Abadia.

Recebemos o saldo de caixa muitas vezes inferior aos valores gastos e empenhados em dezembro. E isso é rave, muito grave!", diz Arruda.

Acho precipitada essa avaliação. Todo governo que chega diz que recebeu herança maldita!", enfatiza Abadia.

Tribunal de Contas do Distrito Federal tem de apresentar um parecer sobre o caixa do governo. Mas o residente, que acaba de assumir o cargo, aguarda o fechamento das contas do governo e, por enquanto, não em informações sobre dívidas.

secretário de fazenda, Luiz Tacca Júnior, espera a entrada de dinheiro de impostos e repasses para pagar guns salários de dezembro e de dívidas, como um empréstimo de R$ 10 milhões, com o Banco ıteramericano de Desenvolvimento que vence hoje. Até o fim da tarde, o secretário ainda não havia spondido se o governo vai ou não honrar esses compromissos.

a Novacap, o governo confirmou o corte de 1.100 funcionários contratados via Instituto Candango de olidariedade (ICS). Hoje, a empresa também pediu ao ICS que recolha, imediatamente, equipamentos e áquinas. Na campanha, Arruda prometeu não demitir o pessoal do ICS. Na época, assinou um compromisso m uma carta. Mas depois disso, a Justiça determinou o fim dos contratos considerados ilegais.

Diário Oficial do Distrito Federal de hoje traz a nomeação do professor Gibrail Gibram para um cargo de ıefe na Secretaria de Educação. Ele foi denunciado, ano passado, na CPI da Educação por vários crimes,)mo corrupção passiva e uso do cargo em benefício próprio. Também no diário oficial, uma portaria dá o razo de três dias para servidores emprestados a outros órgãos, além de policiais militares, bombeiros e olíciais civis voltarem aos órgãos de origem.

corregedor-geral, Roberto Giffoni, o coordenador da Agência de Comunicação, Wellinton Moraes e o ssessor especial, Benjamim Roriz, terão status e salários de secretários. Com isso, o novo governo que falava m 16 nomes no primeiro escalão, agora tem 19.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
Nº 79 /2007
Fls. Nº 07

[© Copyright 2007 - Globo Comunicação e Participações S.A.] | [Política de Privacidade]